



O VALE E O RIO: Esboço histórico-geográfico do Baixo São Francisco, de Francisco Henrique Moreno Brandão (1905)

Antônio Fernando de Araújo Sá

Doutor em História pela Universidade de Brasília. Estágio pós-doutoral na Universidade Estadual de Feira de Santana (PNPD/CAPES). Professor titular do Departamento de História e permanente no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

 orcid.org/0000-0001-6496-4456.

 dx.doi.org/10.28998/rchv13n26.2022.0010

Recebido em 31/01/2022

Aprovado em 07/03/2022



O VALE E O RIO: Esboço histórico-geográfico do Baixo São Francisco, de Francisco Henrique Moreno Brandão (1905)

RESUMO

Esse artigo busca situar o ensaio de Francisco Henrique Moreno Brandão (1875-1938) sobre a história e a geografia do baixo São Francisco no contexto intelectual das primeiras décadas do século XX, em Alagoas. Datada de 1905, sua contribuição pode ser inserida nos quadros das narrativas sobre as potencialidades do rio São Francisco, na segunda metade do século XIX e início do século XX. Inspirado pelo determinismo racial e mesológico então hegemônico, o autor manteve a ideia de incompatibilidade do sertão com as “conquistas do progresso”. Suas ideias se pautaram no livro de Albrecht Wilhelm Sellin (1841-1933), *Geografia Geral do Brasil* (1889), demonstrando certo descompasso com a moderna geografia da época, defendida por F. Ratzel. No embate entre as ideias modernizantes e a realidade da província, a secular dominação oligárquica preteriu as propostas defendidas pelo historiador para o sertão do baixo São Francisco.

PALAVRAS-CHAVES: Historiografia; Pensamento Geográfico; Rio São Francisco.

THE VALLEY AND THE RIVER: Historical-geographical sketch of the Lower São Francisco, by Francisco Henrique Moreno Brandão (1905)

ABSTRACT

This article seeks to establish Francisco Henrique Moreno Brandão's (1875-1938) essay on the history and geography of the lower São Francisco in the intellectual context of 2000s, in Alagoas. Dating back to 1905, his contribution can be included in the framework of narratives about the potential of the São Francisco River, in the second half of the 19th century and the beginning of the 20th century. Inspired by the racial and mesological determinism which was hegemonic at the time, the author maintained the idea of the incompatibility of the “sertão” with the “achievements of progress”. His ideas were based on Albrecht Wilhelm Sellin's (1841-1933) book named *Geografia Geral do Brasil* (1889) which demonstrates a certain mismatch with the modern geography of the time, defended by F. Ratzel. In the shock between modernizing ideas and the reality of the province, secular oligarchic domination renounced the proposals defended by the historian for the lower São Francisco hinterland.

KEY-WORDS: Historiography; Geographical Thought; São Francisco River.

O São Francisco, como um oásis no deserto, através dos sertões adustos da Bahia ao Ceará, de Pernambuco ao Piauí, é, na verdade, a *terra da promessa*”.

Teodoro Sampaio (2002, p. 65-66)

Tendo como proposta analisar o ensaio de Francisco Henrique Moreno Brandão (1875-1938) sobre a história e a geografia do baixo São Francisco, esse artigo busca situá-lo na perspectiva historiográfica e geográfica das primeiras décadas do século XX, tendo como norte a primazia dos “condicionamentos de natureza geográfica nos processos históricos” (LIMA, 1999, p. 59) na cultura letrada da época.

Conforme escreveu Dirceu Lindoso (2005, p. 36), no final da primeira metade do século XIX, se iniciou a escrita de representação da província de Alagoas, com a elaboração consciente de opúsculos e esboços na construção de uma imagem homogênea e configurada das condições do espaço físico, do homem, da produção e organização administrativa.

O advento dos primeiros estudos de caráter histórico e geográfico sobre a Província de Alagoas e a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (1869), destacando-se as obras de Antonio Joaquim Moura (1778-1857), José Alexandrino Dias de Moura e Thomaz do Bomfim Espíndola (1832-1889), representaram a contribuição da Geração de 1860 “à implantação da ideia de progresso na cultura alagoana” (LINDOSO, 2005, p. 43).

Entretanto, nos primeiros anos da República, o atraso era, ainda, a regra em Alagoas, mesmo em setores mais avançados economicamente como as usinas, como registrado em questionário da Comissão de Inquérito sobre a indústria açucareira, em 1907, “que a cultura da cana-de-açúcar em Alagoas era feita a enxada, pois ‘poucos, muito poucos são os agricultores que possuem arados e instrumentos modernos de plantio’”. Por isso, as primeiras usinas de açúcar não teriam maior impacto na estrutura produtiva do Estado, persistindo “a mesma organização rural de antes, com o mesmo tipo de propriedade, a mesma forma de produção e a família como ponto central de referência da organização social” (VERÇOSA, 2015, p. 105-106 e 100).

A miséria da educação alagoana também foi registrada pelo Diretor da Instrução Pública, em seu relatório de 1905, quando afirmou que a profissão docente estava “a confundir-se com os meios de vida ordinários, simples ganha-pão de umas tantas

mediocridades”, apesar da existência de cursos superiores de Filosofia e Teologia no Seminário de Maceió, a partir de 1902 (VERÇOSA, 2015, p. 108) e da expansão de tipografias na capital e nas maiores cidades do interior, como Viçosa (BARROS, 2017: p. 32), onde se publicavam mais de duas dezenas de jornais em todo o Estado, como *A Tribuna*, o *Gutenberg*, *Jornal de Debates*, o *Evolucionista*, a *Revista do Instituto Arqueológico*, o *Viçosense*, *O Libertador*, entre outros (TENÓRIO, 2018, p. 34).

Para Luitgarde Barros (2017, p. 36), as gerações nascidas nas últimas décadas do século XIX, em Alagoas, “encontraram, possibilidades de vida intelectual com a oportunidade de exercerem funções que não exigissem nível superior, no serviço público, possibilitando-lhes uma condição digna de estudiosos autodidatas”.

Nascido em Pão de Açúcar (AL), em 1875, Moreno Brandão era “membro da importante família de fazendeiros, médicos, senhores de engenho e intelectuais” (BARROS, 2017, p. 33) e estava vinculado às principais instituições culturais de Alagoas, como o Instituto Histórico e Geográfico e a Academia Alagoana de Letras. Incluído no grupo de “historiadores sistematizadores”, ao lado de Melo Moraes, Dias Cabral, Jayme de Altavila e Félix Lima Jr. (MACIEL, 2015, p. 22-23), sua proposta de enquadramento do passado alagoano objetivava libertar o “pesado fardo do passado” (MACIEL, 2015, p. 36).

É possível associar a obra *O Baixo São Francisco: O Rio e o Vale*, datada de 1905, aos estudos pioneiros no campo da Geografia Humana no Brasil, próximos aos trabalhos de João Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha e Bernardino José de Souza, pois o historiador alagoano apropriou-se, de modo poético, do conceito de paisagem para descrever o Baixo São Francisco, como vemos na passagem em que afirma que a “paisagem que se entrevê, quer no transbordante estuário, quer no vale que o acairela, é variada, imprevista, opulenta” (BRANDÃO, 2005, p. 205).

Apesar de se pautar na definição de paisagem como um “padrão visual decorrente das características geográficas concretas que se dão numa região – ou em uma extensão específica do espaço físico” (BARROS, 2017, p. 53), a abordagem de Brandão se aproxima do consórcio entre ciência e arte, defendida à época, entre outros, por Euclides da Cunha, no clássico livro *Os Sertões* (1902). Mesmo não havendo nenhuma menção a esse escritor na obra analisada, percebemos certa afinidade na descrição da paisagem do sertão do baixo São Francisco, quando sugeria que “a vista se deleita e recreia em deslumbramentos de aspectos singulares e bizarras, que embevecem o espírito”

(BRANDÃO, 2005, p. 205). Entretanto, a noção de ‘região natural’ surgia como primordial, pois se baseava “francamente no papel desempenhado por certos elementos físicos na organização do espaço” (BARROS, 2010, p. 72).

De certa forma, a escrita do escritor alagoano aproxima-se da visão humboldtiana de que a natureza e arte se fundem na descrição da paisagem, como podemos observar no trecho a seguir que descreve a Ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha:

... o céu, à tarde, é um caleidoscópio, e como este nunca reproduz o que uma vez deixou ver. Pouco a pouco desagregam-se as nuvens, desarticulam-se as porções do panorama movediço. O imaginoso artista que o compôs recorre à sua paleta de raros matizes para formar um outro cenário magnificente e deslumbroso. Em um átimo as cores se têm mudado: o azul esmaece, tornando-se logo depois violeta, e o vermelho concentra-se no vértice de uma nuvem (BRANDÃO, 2005, p. 209)

Apesar de Osvaldo Maciel (2015, p. 28) enfatizar a defesa da “ética da imparcialidade”, defendida, à época, por João Ribeiro, por parte de Moreno Brandão, é plausível acrescentar que a influência do historiador sergipano se manifestava também na articulação entre ciência e arte na narrativa sobre o Baixo São Francisco, com a utilização de metáforas e metonímias para a descrição da paisagem natural e cultural. Para o historiador sergipano, a escrita histórica deve trazer o encanto do estilo e da forma sem prejuízo da erudição, como demonstram os trabalhos de Jules Michelet (RIBEIRO, 1961, p. 23). Aliás, este historiador francês, sob a influência de Alexander von Humboldt, escreveu “livros dedicados ao elogio entusiástico dos elementos naturais”, mas também reivindicava, na *História da França*, “a integração orgânica do homem e da natureza” (SOUZA, 2009, p. 43).

Nas primeiras décadas do século XX, a categoria de paisagem “surge na envolvimento entre o espaço e a materialidade (seja esta a materialidade natural ou a materialidade construída pelo homem)”. Tamanha é sua importância que se tornou definidora da própria ciência geográfica, no sentido da “descrição das paisagens” (BARROS, 2017, p. 25). Aliás, alguns geógrafos chegaram mesmo a afirmar ser a geografia “a ciência das paisagens” (MELO, 2001, p. 29).

Nesse momento, a concepção de paisagem foi construída na base da separação entre sociedade e natureza, objetivando “uma racionalidade instrumental que fornecesse à ciência mais poder analítico”.

Porém, como apontou Maria Tereza D. P. Luchari (2001, p. 12),

contraditoriamente, ao separar-se da natureza, a sociedade moderna inventou e valorizou a concepção de paisagem. Seu significado estético, eivado de subjetividade, transformou a paisagem em antídoto para o homem, que havia dessacralizado a natureza e rompido com o animismo.

A abordagem morfológica da paisagem, nesse momento histórico, também privilegiava os aspectos materiais da cultura, problematizando a dicotomia clássica entre a “paisagem natural” e a “paisagem cultural”. As “paisagens são antes de tudo *processos* que entretecem, em uma única trama, a mutabilidade e a permanência” (BARROS, 2017, p. 55).

Na síntese de Moreno Brandão, a proposta fotográfica da região do baixo São Francisco foi realizada na busca da descrição fiel de suas paragens, seguindo, como modelo, o livro de Albrecht Wilhelm Sellin (1841-1933), *Geografia Geral do Brasil* (1889), traduzido por João Capistrano de Abreu. Vindo à lume em 1885, no *Wissen der Gegenwart*, publicação em que colaboravam especialistas da Áustria e da Alemanha, este livro construiu uma descrição geográfica da natureza e da história, além das culturas espiritual e material, tomando por base monografias e relatórios, além da experiência vivida no Brasil pelo autor por doze anos, quando dirigiu uma colônia no Rio Grande do Sul (ABREU, 1889).

Citando Albrecht Wilhelm Sellin (1899, p. 30), o autor caracterizou o rio São Francisco como “o maior rio que desemboca na costa oriental do Brasil” (BRANDÃO, 2015, p. 201), descrevendo os afluentes notáveis e outros menos importantes, que, em suas enchentes anuais, inundavam suas margens, fertilizando-as com limo.

Sua preocupação, ao longo do livro, foi realizar uma descrição da paisagem natural, dissertando sobre as lagoas, territórios de intensa disputa por conta da qualidade da terra, mas, principalmente, sobre a região encachoeirada do vale, com destaque para a de Paulo Afonso. Em sua representação simbólica do caos, onde a “água, doída, em vortilhões, se despenha, procurando canalizar-se pelo leito, num grande rumor espantoso e vulcânico” (BRANDÃO, 2005, p. 203), o geógrafo compara-a com a do Niágara, afirmando ser mais notável do que essa em alguns aspectos, em citação à Albrecht Wilhelm Sellin (1899, p. 32).

A centralidade na descrição das cachoeiras do vale do São Francisco era

compartilhada por outros autores da época por representarem, além de obstruções aos diversos percursos do rio, esperança pelo abrandamento do clima inóspito dos sertões (BRASIL, 1999, p. 30).

O desenvolvimento das ciências naturais no Brasil, em especial a geologia, marcaria a narrativa geográfica na segunda metade do século XIX e início do XX, por existir um número considerável de obras de autores tão variados, como naturalistas, geólogos e engenheiros. Um dos principais divulgadores dessa ciência foi Charles Frederic Hartt (1840-1878), que visitou o país pela primeira vez em 1865, “acompanhando Louis Agassiz, como membro da Expedição Thayer, retornando outras quatro vezes até 1875, quando organizou a Comissão Geológica do Império, que funcionou até 1877”. Seu livro mais conhecido foi *Geology and Physical Geography of Brazil* (1870) representava “uma espécie de compilação do que havia sido publicado até 1870 sobre a geologia e a geografia física no Brasil” (SANTANA, 2001, p. 134).

Dele, o professor de geografia alagoano incorporou à narrativa sua descrição geológica da parte correspondente de Propriá até Piranhas, identificando que as rochas na maior parte da primeira cidade até Pão de Açúcar eram compostas de “gnaisse xistoso, passando a micaxisto” e de que desta última cidade para cima “as rochas são mais maciças, consistindo em gnaisse pouco xistoso, granitos e sienitos” (BRANDÃO, 2015, p. 226).

Outro pesquisador do campo de conhecimento geológico citado por Brandão foi Orville A. Derby (1851-1915), como a sua proposta de dividir o Vale do São Francisco em duas partes:

um sistema de cachoeiras (entre as quais é a de Paulo Afonso a mais notável), começando pela de Itaparica, logo abaixo de Jatobá, e estendendo-se até o porto de Piranhas, ou antes, até a cidade de Pão de Açúcar. Na parte superior, que abrange quase todo o vale, tem de altura 300 metros ou mais acima do nível do mar e pertence ao grande e elevado planalto brasileiro (BRANDÃO, 2015, p. 223).

Autor de 173 trabalhos, versando sobre geologia, paleontologia e arqueologia, geografia física e cartografia, entre outros assuntos, Derby exerceu grande influência entre geólogos e geógrafos na virada do século XX, contribuindo, decisivamente, para os estudos dos sertões brasileiros (SANTANA, 2001, p. 137). Suas menções sobre o trecho do rio acima de Pão de Açúcar reverberaram nos escritos de Theodoro Sampaio,

companheiro na expedição da Comissão Científica pelo Rio São Francisco, liderada por William Milnor Roberts (1879-1880), cuja descrição aparecia como “um estreito canhão de margens escarpadas e pedregosas, onde o gnaisse e o micaxisto predominam e dão à paisagem esse tom áspero e enegrecido, das regiões estéreis e quase despidas de vegetação” (SAMPAIO, 2002, p. 71-72).

No mesmo diapasão, Brandão assim escreveu sobre este trecho do rio:

Com a diferença no caráter das rochas, o vale também muda de caráter, ficando muito apertado e limitado de cada lado por altos paredões quase a prumo, e assim assumindo cada vez mais a forma de um cânion, à medida em que sobe para o porto de Piranhas. Ao mesmo tempo começam a aparecer no meio do rio ilhas rochosas e bancos de rochas (BRANDÃO, 2015, p. 226).

Essas considerações servem para definir a origem do grande cânion, que se estende de Paulo Afonso até perto de Pão de Açúcar, afirmando que “parece mais razoável supor que o cânion foi escavado pelo rio” (BRANDÃO, 2015, p. 227). Sobre o Cânion do São Francisco, Bernardino José de Souza, em *Por Mares e Terras (Leituras Geográficas)*, trouxe a discussão sobre a adoção desse conceito na nomenclatura da geografia física como “um estreito e apertado vale escarvado pelas águas através das rochas, por onde corre o rio” (1913, p. 25), já que, no Brasil, era também conhecido como Talhado, Brechão ou Garganta.

Segundo esse estudioso, a “majestosa garganta que atravessa o rio S. Francisco” vai da cachoeira de Paulo Afonso à cidade alagoana de Piranhas, ou mesmo a cidade de Pão de Açúcar, conservava “o aspecto de enorme fosso de bordos escarpados, a espaços erçados de pináculos desnudados e montes escalvados, que contrastam com o acinzentado das terras vizinhas, agrestes, de caatingas estéreis e despidas de folhagem sob as soalheiras do dilatado estio” (SOUZA, 1913, p. 26 e 29).

Assim, a região de Piranhas a Pão de Açúcar era vista, também pelo escritor alagoano, como um painel desolador, pela natureza “rude, selvática”, com fragedos, rochas, morros escalvados sem vegetação, tórrida e adusta no tempo do verão. À exceção de Penedo, as povoações são marcadamente pequenas e sem importância econômica, com uma indústria de pesca artesanal. Segundo ele, essa atividade poderia ser mais bem explorada, “não fosse a inércia tradicional do brasileiro e a falta de incentivos” (BRANDÃO, 2015, p. 249).

Para Brandão, todo o baixo São Francisco era visto a partir da ideia de que a mão do homem “nada erigiu de sublime, de monumental, de grandioso”, secundada pela obra da natureza. Seguindo o determinismo do clima e da raça, o autor reiterava a “natureza indolente do brasileiro, as manifestações túbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato” (ORTIZ, 1985, p. 16).

A inércia para o trabalho produtivo era, segundo o escritor, vinculada à forma de vida do caboclo, cujas principais profissões eram o vaqueiro e o canoieiro. No que se refere ao primeiro, apesar de colocá-lo como “herói taciturno, de feitos admiráveis”, não deixava de criticá-lo quanto a “bárbara perseguição à rês esmadrugada”. Com relação ao segundo, afirmava ser “sempre tagarela e cantor nostálgico de ‘modinhas’” (BRANDÃO, 2015, p. 235 e 274).

Para a crítica relativa às “ruínas” da ação humana, o historiador tomou o caso da Ilha de São Pedro, que outrora foi centro de catequese, composto de um colégio e um convento. Para ele, o índio foi “incapaz de sair da selvageria em que estava, mesmo quando pensaram em agremiá-lo para lhe proporcionar algumas luzes” (BRANDÃO, 2015, p. 271). Aliás, essa imagem foi compartilhada por Burton em sua visita, em 1868, à ilha de Assunção no rio São Francisco (BURTON, 1977, p. 315).

Podemos aproximá-lo da leitura euclidiana do sertão como “reino do anacrônico”, cujos costumes remetem a sociedades passadas ou mesmo bárbaras (ALVES, 1997), na medida em que as povoações eram retardatárias em ambas as margens do rio, entregues ao “mais profundo marasmo”. A tradição se sobrepunha à evolução, tendo uma indústria pastoril “com uma feição de acabrunhadora decadência”. Segundo Brandão, “o Baixo São Francisco não tem fastos dignos de menção. É uma terra que vive como que segregada das grandes agitações do viver contemporâneo, na perene melancolia das ‘taperas’” (BRANDÃO, 2015, p. 270-271).

Isso se dava pelo fato de que a população da região fora marcada pela presença das tribos indígenas nas faixas marginais do São Francisco, cujos descendentes ainda restavam, “cruzados com os negros e portugueses, que, entretanto, aluíam em diminuta escala às orlas sãofranciscanas, escassamente povoadas” (BRANDÃO, 2005, p. 273). Segundo ele, a periodicidade do fenômeno das secas marcaria todo o século XIX, com muitos estragos e máxima intensidade, como nos anos de 1824-1825, 1835-1837, 1844-1845, 1877-1879, 1889-1890, 1989-1899, assumindo feições medonhas e dantescas para

a vida social. Brandão também registraria doenças, como o impaludismo e a cólera, cuja epidemia “dizimou a população ribeirinha em 1855 e 1862-1863” (BRANDÃO, 2015, p. 217).

O sertão aparece, nesse trecho da narrativa, a partir das imagens pinçadas na obra de Dante Alighieri, *Divina Comédia*, como forma de expor contradições e mistérios do espaço sertanejo. Afastando-se da imagem do sertão paraíso ou do sertão purgatório, Brandão traz a imagem do sertão inferno, marcado pelo “destempero da natureza abrasada por um sol de fogo e pelas chamas do incêndio, pelo castigo das secas e seus animais morrendo na fuga e degradando-se em atos de antropofagia, para sobreviver ou adiar a morte”. É inferno pelo desespero dos condenados da terra inóspita (CRISTÓVÃO, 1993-1994, p. 43 e 49).

Pelas condições climáticas e de insalubridade, “a população tende a ficar reduzida pela constante imigração para o Mato Grosso, Amazonas e outros pontos do país, muito principalmente, quando acossada pelas secas, (...) graças à imprevidência habitual que lhe foi transmitida, como um legado funesto, pelos seus ancestrais, aborígenes do país” (BRANDÃO, 2005, p. 273).

Segundo o estudioso, a “escravidão nunca foi elemento preponderante no Baixo São Francisco, e, devido à ausência de grandes fazendas e engenhos, identificou-se profundamente com as famílias, não sendo raro encontrarem-se ex-escravos consorciados com as filhas das casas a que serviram e vice-versa, o que denota ausência completa de preconceitos, salvo uma ou outra exceção” (BRANDÃO, 2005, p. 273-274).

Apesar de caracterizar o tipo predominante dos habitantes da zona como “caboclo”, o autor afirma que “não é raro encontrarem-se famílias inteiras com todas as características da mais pura raça branca, o que parece uma sobrevivência do domínio holandês no Brasil” (BRANDÃO, 2005, p. 274).

Esse conjunto de afirmações com relação à composição populacional serviu para reiterar o atraso econômico, social e cultural da região, manifestada, conforme a assertiva de Albrecht Wilhelm Sellin, pelos “bárbaros processos” da agricultura na região. Assim, apesar do vale ser próprio para todos os gêneros de cultura, “somente a grassa ignorância e a provada inaptidão para o trabalho, que é tão peculiar ao povo brasileiro, fazem com que não passe de utopia o progresso da lavoura na aludida zona” (BRANDÃO, 2015, p. 257).

A indústria da pecuária carecia do mesmo problema, já que “o criador, sempre

ignorante e imprevidente, não sabe nem as preliminares da ciência zootécnica”. Como solução, Brandão reivindicava que o governo implantasse escolas profissionais, “onde possa a geração nova auferir conhecimentos indispensáveis ao exercício dos variados misteres da indústria” (BRANDÃO, 2015, p. 263).

Seguindo Orville Derby, na descrição da topografia, a riqueza mineral, o clima, a vegetação e a capacidade agrícola, o autor entendia a necessidade de “empreender esforços a fim de aperfeiçoar moral e intelectualmente o povo, o que com certeza, seria mais proveitoso do que investir apenas em grandes obras públicas” (apud BRASIL, 1999, p. 164). Por isso, afirmava que “não há verdadeiramente lavoura no Vale do São Francisco” e que, para atingir o “zênite do progresso”, fazia-se necessária a “duplicação de esforços que assegurem a vitória aos concorrentes certames industriais” (BRANDÃO, 2015, p. 259). Essa denúncia decorria de ser “completamente nula” a cultura espiritual, na medida em que as escolas de instrução primária eram marcadas pela precariedade do seu funcionamento, demovendo as famílias de enviarem seus filhos à escola. Registrou, ainda, que a instrução secundária se limitava a um Liceu, em Penedo (AL), que funcionava como uma escola normal.

Em suas palavras, “Nem uma instituição científica ou literária vigora na zona que descrevemos” (BRANDÃO, 2015, p. 253). Apesar disso, há a “praga de poetas baratos” e a imprensa se reduz aos quatro jornais em Penedo. Para o escritor, a imprensa cumpria um papel de “retrogradação pelas noções falsas que dá, arreigando, em vez de extirpar, preconceitos que ameaçam se perpetuar” (BRANDÃO, 2015, p. 254).

Nicolau Sevcenko ajuda-nos a desvendar a trama emaranhada que envolvia as relações entre as elites culturais e as massas analfabetas na passagem para o século XX, com o objetivo da redenção das camadas populares de sua condição de indigência social. Esse “missionarismo cultural” baseava-se na propaganda heroica e solitária de extirpar o analfabetismo e conduzir o Brasil às sendas do “progresso e da civilização”. As diversas vertentes intelectuais da *Belle Époque* brasileira assumiram a tarefa missionária de testemunhar seu país, com a veiculação de seus ideais sociais e à divulgação profusa de seus projetos de modernização do Brasil. Vemos aqui uma intelectualidade forjada num anseio paternalista, de fundo autoritário, do desejo de exercer tutela (SEVCENKO, 1982).

A ideia do sertão como lugar incompatível com o progresso, marcado pela “(...) inversão de valores, da barbárie e da incultura” (VENTURA, 1998, p. 135), se fazia presente na sua análise da religiosidade do sertão do baixo São Francisco, caracterizada

como “acendrada”, “instintiva”, “fanática”, vinculando-a ao “delírio coletivo de Pedra Bonita, as peregrinações do Juazeiro do Ceará e o sangrento episódio de Canudos” (BRANDÃO, 2015, p. 232).

Esses acontecimentos religiosos exaltaram as imaginações dos moradores do Baixo São Francisco, ao contrário dos acontecimentos históricos nacionais que tiveram pouca repercussão entre eles. Segundo o autor, “as superstições vivem intensamente nas camadas incultas, e em sua maioria analfabetas” (BRANDÃO, 2015, p. 274). Há clara associação entre as práticas supersticiosas com o tipo de habitante da zona, cujo elemento predominante era o caboclo. Para ele, o estrangeiro, que aqui aportou, era “portador (...) das noções de uma civilização superior”, já que havia encontrado “o selvícola entregue à bestialidade de seus instintos, incapaz de sair da selvageria em que estava” (BRANDÃO, 2015, p. 271).

Moreno Brandão, ao utilizar o conceito de “raça” para a caracterização da população do baixo São Francisco, trouxe em sua escrita as questões das políticas de imigração e da ideologia do branqueamento. O ideal europeizante do programa imigrantista, via incorporação de “etnias superiores”, foi encontrado na seção “Problemas a resolver”, quando o historiador propôs que, para atingir as sendas do progresso, “a colonização estrangeira [é] a melhor garantia de sólido futuro para a região banhada pelo Opará”, já que as “aptidões do colono europeu” serviriam “de incentivo ao proletário apático do Brasil” (BRANDÃO, 2015, p. 277).

Foram esses parâmetros que fundamentaram suas análises sobre as festas e diversões populares, como as “despalhadas de arroz”, o “batalhão”, a “transladação de imagens” dos santos, romarias, Festa do Natal, cavalhadas e vaquejadas. Sua interpretação, típica da época, caracterizava a psicologia sertaneja como uma “dolorida melancolia”, presente nos hinos das procissões e romarias. A festa comunitária das despalhadas de arroz e do Batalhão era marcada pelo samba, que, segundo ele, era muito “vulgar”. A mescla entre o sagrado e o profano também foi registrada tanto nas romarias, quanto nas festas de Natal (BRANDÃO, 2015, p. 229-232).

Ao dissertar sobre o folclore e religiosidade, Moreno Brandão se afastou, em parte do modelo de Sellin, por não se restringir à descrição do território, voltando-se também para a “paisagem cultural”. Aliás, a crítica de João Capistrano de Abreu ao livro de Sellin foi a ausência de um capítulo sobre antropogeografia (ABREU, 1889). Nesse sentido, podemos afirmar que é evidente o descompasso de Brandão com relação ao debate das

ideias de F. Ratzel, que circulava à época, inclusive pela publicização de suas ideias na imprensa, por parte do historiador cearense, no início do século XX. Mesmo que tenha avançado com relação à Sellin, ele não estava atualizado com relação à “moderna geografia científica” (MACHADO, 2000, p. 20)

Por outro lado, ao contrário dos folcloristas da época, como Sílvio Romero e João Ribeiro, entre outros, que resistiam contra o presente industrialista com a ilusão de “preservar a veracidade de uma cultura ameaçada” (ORTIZ, s/d, p. 6), em Brandão, não há uma preocupação com o desaparecimento de hábitos, crenças e gestos da tradição por conta do avanço da modernidade no Brasil, que deveria ser superada pelo progresso. Como apontou Jacques Le Goff (1984, p. 363), a linha de força da ideologia do progresso era o progresso econômico.

Como outros autores contemporâneos, a tônica das sugestões para o progresso da região se centrava no desenvolvimento de ações voltadas para o comércio, em que os obstáculos para a navegação do rio teriam que ser superados, e na mitigação do fenômeno das secas, com o estabelecimento de estações meteorológicas, sistema de irrigação e a construção de estradas de ferro, além do aproveitamento da “força indômita da Cachoeira de Paulo Afonso” (BRANDÃO, 2015, p. 280).

Somente assim “esta grande artéria fluvial coleie aos pés de uma região florescente e rica, e não junto a sombrias povoações sem vida, num eterno e vergonhoso torpor” (BRANDÃO, 2015, p. 277). Essa afirmação nos leva a identificá-lo a um conjunto de narrativas que descreveram as potencialidades do rio São Francisco, na segunda metade do século XIX, como as expedições de Henrique Guilherme Halfeld (1852-1858), Emmanuel Liais (1864), Richard F. Burton (1867) e de William Milnor Roberts (1879-1880), da qual participaram o geólogo Orville Derby e o geógrafo e historiador Teodoro Sampaio, e nas primeiras décadas do século XX, como Vicente Licínio Cardoso, Souza Bandeira, entre outros.

Conforme comenta Laurent Vidal (2013), essas narrativas descrevem uma geografia fragmentada e heterogênea, mas esses autores

insistem ao mesmo tempo sobre as grandes potencialidades do São Francisco na sua parte navegável (ou seja, a partir de Pirapora), sobretudo feitas as obras de canalização das águas, para contornar as cataratas de Paulo Afonso, que permitiam os barcos chegar até o mar.

O esboço histórico-geográfico, aqui analisado, constitui-se em material empírico

relevante para compreender o impulso “domesticador” do sertão como parte de um projeto mais amplo de modernização do Estado nacional. Nesse sentido, o rio era representado como irradiador da vida para o interior do país, trazendo benefícios para todo o Brasil, sendo que era recorrente à comparação com o rio Mississipi, nos Estados Unidos (VIDAL, 2013). Os Estados Unidos da América eram tomados como modelo para o Brasil por terem sabido aproveitar tão bem as “extraordinárias vantagens para o seu progresso material, de onde decorre naturalmente o progresso moral”, principalmente no tocante à meteorologia, a agronomia e o sistema de irrigação. Segundo o autor analisado, os melhoramentos apontados “virão cedo ou tarde, quando a instrução for uma realidade” (BRANDÃO, 2015, p. 279 e 280).

Para Bernardino José de Souza, o São Francisco, como uma “soberba e procurada estrada dos aventureiros indômitos das entradas benéficas”, “desempenha o papel multiforme, de via de penetração, moderador do clima, refúgio de uma região mais vasta que a Alemanha, tronco de uma vastíssima rede fluvial de comunicações” (SOUZA, 1913, p. 33).

Moreno Brandão desafiava os “olhos sonolentos de suas pacatas vilas e cidades da hinterlândia” de Alagoas, com propostas repletas de esperança em defesa da educação, progresso e ciência. O contraste entre essas ideias e a realidade sertaneja era inevitável, manifestando o “conflito entre a velha civilização agrário-comercial do século XIX e a nova civilização urbano-industrial”. Talvez a exceção fosse Penedo, que possuía “próspero parque comercial e industrial” no baixo São Francisco (TENÓRIO, 2018, p. 21, 23 e 31), e os vapores, que singravam o rio de Penedo a Piranhas, eram vistos como veículos da civilização e da opulência.

Entretanto, como a realidade da província se manteve fundada “na agroindústria açucareira, latifundiária, secundada com os proprietários do sertão e, por algum tempo, com os plantadores de algodão e com a incipiente casta de industriais” (TENÓRIO, 2018, p. 111), suas ideias modernizantes não frutificaram a contento, por conta da manutenção do controle secular da oligarquia sobre a imensa população iletrada. Portanto, grande parte da sociedade alagoana ficou à margem das “conquistas do progresso”, vivendo “o simples exercício de funções vegetativas”, ao contrário do que propunha o historiador-geógrafo ilustrado (BRANDÃO, 2015, p. 281).

Referências

- ABREU, João Capistrano de. Apresentação. SELLIN, Albrecht Wilhelm. *Geografia Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- ALVES, Francisco José. Os Sertões como obra historiográfica. *Cadernos UFS: História* (Canudos 100 anos), São Cristóvão/SE, v. 3, n. 4, jan. jul 1997.
- BARROS, José D'Assunção. Geografia e História: Uma interdisciplinaridade mediada pelo espaço. *Geografia* (Londrina) v. 19 n. 3, 2010 <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>
- BARROS, José D'Assunção. *História, Espaço, Geografia: Diálogos interdisciplinares*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Sobre o pensamento social brasileiro: Em torno de algumas contribuições alagoanas. In: SANTANA, Luciana; CAVALCANTI, Bruno César e VASCONCELOS (org.). *História e Memória das Ciências Sociais em Alagoas*. Maceió: EDUFAL/Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.
- BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas seguido de O Baixo São Francisco: o rio e o vale*. Maceió: EDUFAL, 2015.
- BRASIL, Vanessa Maria. *Margens e veredas do São Francisco: As vozes do Rio*. Tese de doutorado em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. São Paulo/Belo Horizonte: Editora da USP/Itatiaia, 1977.
- BURTON, Richard Francis. *Viagens aos planaltos do Brasil (1868)*. 1º. Tomo. Coleção Brasileira, vol. 197. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
- CRISTÓVÃO, Fernando. A transfiguração da realidade sertaneja e a sua passagem a mito (A Divina Comédia do Sertão). *Revista USP (Dossiê Canudos)*, n. 20, dezembro/janeiro/fevereiro 1993-1994.
- HARTT, Charles Frederick. *Geologia e Geografia Física do Brasil*. Coleção Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
- JESUS, Givaldo Santos de. *Terra e Trabalho: Uma abordagem da memória do espaço e da história rural do sertão sergipano (1960-2018)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-

Graduação em Geografia, São Cristóvão, 2021.

LE GOFF, J. *Enciclopédia Einaudi*. História e Memória. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1999.

LINDOSO, Dirceu. *Interpretação da Província: Estudo da Cultura Alagoana*. 2ª. Edição. Maceió: EDUFAL, 2005.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Paisagem, imaginário e espaço*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MACHADO, Lia Osório. As ideias no lugar: O desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. *Terra Brasilis: Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil*, ano 1, n. 2, Rio de Janeiro, jul./dez. 2000.

MACIEL, Osvaldo B. Acioly. Moreno Brandão e sua História de Alagoas: Alguns dados, uma outra leitura. In: BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas seguido de O Baixo São Francisco: o rio e o vale*. Maceió: EDUFAL, 2015.

MELO, Vera Mayrinck. Paisagem e simbolismo. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 3ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORTIZ, Renato. *Cultura Popular: Românticos e Folcloristas*. São Paulo: Olho d'Água, s/d.

RIBEIRO, João. O Culto da História. In: LEÃO, Múcio (org.). *Obras de João Ribeiro: Crítica (Historiadores)*. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1961.

SAMPAIO, Teodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Coleção Retratos do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência & arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*. São Paulo: HUCITEC; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

SELLIN, Albrecht Wilhelm. *Geografia Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

SEVCENKO, Nicolau. O Fardo do Homem Culto: Literatura e Analfabetismo no prelúdio republicano. *Almanaque: Cadernos de Literatura e Ensaio*, n. 14, São Paulo, Brasiliense, 1982.

SOUZA, Bernardino José de. *Por Mares e Terras (Leituras Geográficas)*. Salvador: Livraria Catilina, 1913.

SOUZA, Ronaldes de Melo. *A Geopoética de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *Metamorfose das Oligarquias*. 3ª. Edição rev. ampl. Maceió: EDUFAL/Editora CESMAC, 2018.

VENTURA, Roberto. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, volume V (Suplemento), p. 133-147, julho de 1998.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. *Cultura e Educação nas Alagoas: História, histórias*. 5ª. Edição. Maceió, EDUFAL, 2015.

VIDAL, Laurent. O São Francisco, um rio de muitas esperas. *Confins*, n. 23, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/10100>. Acesso em: 22 dez. 2021.